



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



A co-cartografia na luta contra os agrotóxicos e pela vida: anúncios, denúncias e a encruzilhada de saberes

Gabriele Borinelli^I , Gustavo Steinmetz Soares^{II} , Adriane de Andrade^{III} 

^I Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território - Encontra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

^{II} Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território - Encontra, Doutorando no programa de Pós-Graduação e Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

^{III} Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território - Encontra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

RESUMO

Nos cursos de formação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida a cartografia social surge como ferramenta de denúncia e anúncio desde os territórios de movimentos sociais, povos originários, comunidades tradicionais e grupos militantes participantes. O texto busca refletir sobre essa prática, em como o uso do mapa, ferramenta colonial, é transformado desde o auto mapeamento dos camponeses e camponesas, quilombolas, indígenas e militantes da cidade. A experiência analisada nesse texto são as oficinas de cartografia social realizadas no curso que correu em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, em 2022, e o encontro dessa diversidade de sujeitos o mapeamento acontece desde as encruzilhadas de saberes, com o cruzamento de diversas perspectivas dos territórios mas também dos conhecimentos técnicos e convencionais do mapeamento, fazendo que a cartografia como ação social ganha outros sentidos e funções. Assim, ao denunciar os ataques e conflitos decorrentes do uso de agrotóxicos e anunciar as práticas de resistência e de vida, os grupos, na apropriação do mapa, compartilham, se articulam e se reconhecem na luta pelos seus territórios.

Palavras-chaves: campanha contra os agrotóxicos; cartografia social; encontro de saberes.

The co-cartography in the fight against agrochemical and for life: announcements, denunciations and the crossroads of knowledges

ABSTRACT

In the training courses of the Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, social cartography emerges as a tool for denunciation and announcement from the territories of social movements, indigenous peoples, traditional communities, and participating militant groups. The text seeks to reflect on this practice, on

how the use of the map, a colonial tool, is transformed from the self-mapping of peasants, quilombolas, indigenous people, and urban militants. The experience analyzed in this text is the workshops on social cartography held during the course that took place in Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, in 2022, and the meeting of this diversity of subjects in mapping occurs at the crossroads of knowledge, with the intersection of various perspectives of territories but also of technical and conventional mapping knowledge, causing cartography as a social action to gain other meanings and functions. Thus, by denouncing the attacks and conflicts resulting from the use of pesticides and announcing practices of resistance and life, groups, in the appropriation of the map, share, articulate, and recognize themselves in the struggle for their territories.

Keywords: campaign against pesticides; social cartography; knowledge encounters.

La co-cartografía en la lucha contra los agrotóxicos y por la vida: anuncios, denuncias y la encrucijada de los saberes

RESUMEN

En los cursos de formación de la Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, la cartografía social surge como herramienta de denuncia y anuncio desde los territorios de movimientos sociales, pueblos originarios, comunidades tradicionales y grupos militantes participantes. El texto busca reflexionar sobre esta práctica, en cómo el uso del mapa, herramienta colonial, es transformado desde el auto-mapeo de campesinos y campesinas, quilombolas, indígenas y militantes de la ciudad. La experiencia analizada en este texto son los talleres de cartografía social realizados en el curso que tuvo lugar en Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, en 2022, y el encuentro de esta diversidad de sujetos en el mapeo ocurre desde las encrucijadas de saberes, con el cruce de diversas perspectivas de los territorios pero también de los conocimientos técnicos y convencionales del mapeo, haciendo que la cartografía como acción social adquiera otros sentidos y funciones. Así, al denunciar los ataques y conflictos derivados del uso de agrotóxicos y anunciar las prácticas de resistencia y de vida, los grupos, en la apropiación del mapa, comparten, se articulan y se reconocen en la lucha por sus territorios.

Descritores: campaña contra los agrotóxicos; cartografía social; encuentro de saberes.

INTRODUÇÃO

Há mais de 10 anos, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida¹, organiza e articula ações de “denúncia” do uso de agrotóxicos, com objetivo de evidenciar “as contradições e malefícios gerados pelo modelo de produção do agronegócio, ao mesmo tempo em que lança uma luz, através dos “anúncios”, sobre a proposta de alternativa baseada na agroecologia” (Tygel et al., 2014b, p.147). Em 2019, como parte dessas ações, a campanha inicia uma etapa de cursos de formação com a temática dos agrotóxicos e da agroecologia para movimentos sociais, indígenas, povos e comunidades tradicionais e camponeses nas diferentes regiões do Brasil.

¹ A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida é uma rede de organizações da sociedade que tem como objetivo denunciar os efeitos dos agrotóxicos e do agronegócio, e anunciar a agroecologia como caminho para um desenvolvimento justo e saudável da sociedade. Fazem parte desta rede movimentos sociais do campo e da cidade, organizações sindicais e estudantis, entidades científicas de ensino e pesquisa, conselhos profissionais, ONGs, grupos de consumo responsável, entre muitas outras (<https://contraosagrototoxicos.org>).

Desde o primeiro encontro regional (2019), o coletivo Encontra² foi convidado para coordenar as oficinas de “cartografia social” como forma de articulação entre os grupos, e como ferramenta para denúncias do uso dos agrotóxicos e as consequências para saúde e para o território. Desde então, diferentes integrantes do coletivo participaram de encontros do curso, criando um acúmulo coletivo de experiências com “cartografia social”. Em meados de 2022 a Campanha inicia um novo ciclo de formações, começando pela região Centro Oeste, no estado Mato Grosso do Sul (MS).

Assim, o objetivo principal do texto é trazer um debate analítico sobre o percurso realizado nas oficinas de “cartografia social” e as ressignificações desde a prática de uma cartografia co-elaborativa, que se manifesta com uma postura metodológica aberta, na construção de um mapa de denúncias e anúncios dos coletivos e grupos do campo, das florestas, das águas e das cidades. O foco dessa análise consistirá no relato do encontro na região centro-oeste, realizado no Mato Grosso do Sul, pois trata-se da experiência vivenciada pelos autores.

A inserção das oficinas de “cartografia social”³, contou com um planejamento prévio que foi ressignificado durante a prática (Soares, 2021), criando diversas formas, formatos e linguagens cartográficas, não previstas, que questionam a função dos mapas oficiais como ferramenta acadêmica colonial. Esses questionamentos se sustentam ainda na perspectiva de um diálogo de saberes, onde a construção de conhecimento é coletiva, múltipla e colaborativa, e desde a vivência dos sujeitos, com vistas a uma “descolonização” que permita a existência de distintas formas de investigação da realidade.

Assim, organizamos este artigo em duas principais partes: a primeira busca apresentar algumas questões teóricas e metodológicas sobre cartografia social e co-cartografia, a partir de um debate da ação social, da descolonialidade e da encruzilhada de saberes; no segundo momento, pretendemos fazer um relato de experiência da co-cartografia no curso da Campanha realizado no MS, analisando o processo de elaboração e apropriação dos mapas pelos sujeitos e grupos sociais. Por fim, acrescentamos algumas considerações finais que

² Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território - Encontra. O Coletivo é um grupo de pesquisa e extensão do Departamento do Curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná e cujo foco dos estudos e trabalhos são os conflitos territoriais no campo e os debates que compõem o campo geografia agrária.

³ A Campanha realizou oficinas de “cartografia social” com as e os participantes das etapas dos cursos de formação, em parceria com o coletivo onde os autores deste texto fazem parte, e tem a prática fundamentada na extensão e pesquisa comprometida com movimentos sociais, povos originários, comunidades tradicionais e camponesas. As práticas de cartografia social no coletivo têm sua referência no projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia, porém, com outra aproximação ao método, por isso, se coloca “cartografia social” entre aspas que também será chamada de cartografia co-elaborativa.

podem indicar novas possibilidades para a cartografia social no âmbito da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

1. A co-cartografia na encruzilhada: reflexões teórico-metodológicas

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais gera injustiça cognitiva, privilegiando projetos imperiais/coloniais/patriarcais e desqualificando outras vozes críticas que reagem ao sistema mundo. Uma suposta superioridade norte-cêntrica, imposta através de mecanismos institucionais de dominação capitalista do mundo, se esconde atrás do discurso de universalidade. “O privilégio epistêmico e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda. A moeda é chamada racismo/sexismo epistêmico (Grosfoguel, 2012), na qual uma face se considera superior e a outra inferior” (Grosfoguel, 2016, p.27). O conhecimento produzido nas universidades ocidentais a partir de epistemologias do sul são considerados inferiores, configurando, segundo Rabaka (2010), um “apartheid epistêmico”. Assim entende-se que a mediação universitária, baseada no conhecimento ocidentalizado, vai carregar em si uma colonialidade epistêmica que, na hora de dialogar com as comunidades em situações de subalternidade, vai exercer uma potencialidade controladora desses saberes territorializados.

A “cartografia social”, busca romper com essa colonialidade, na medida em que disponibiliza o mapa como ferramenta de reconhecimento e resistência a partir dos territórios tradicionais, utilizando as formas, formatos e linguagens da colonialidade em favor da legitimação desses territórios (Almeida, 2014). Esta pode ser vista como método, ferramenta ou “produto final” que objetiva a contraposição ideológica à “cartografia oficial ou tradicional” que é naturalizada e considerada politicamente “neutra” (Risler & Ares, 2013; Diez Tetamanti., 2018).

En vez de una descolonización prioritaria de nuestras categorías de análisis se propone poner esas categorías y herramientas investigativas al servicio de las luchas subalternas, propiciando un diálogo con los otros saberes y sujetando ambos a una crítica mutua. (Hale, 2018, p. 314).

Assim, a “cartografia social” evidencia existências “apagadas” ao mesmo tempo que permite a apropriação pelas comunidades, povos e movimentos, “cartógrafos sociais”, em suas lutas, possibilitando processos de formação coletiva e servindo de instrumento de legitimação territorial, adentrando espaços institucionais-jurídicos, defendendo-os assim como outras formas de organização da vida.

Entendemos a cartografia no processo metodológico da campanha como um instrumento de representação das cotidianidades dos sujeitos envolvidos, que valoriza as dimensões existenciais e também as diferentes formas de resistência dos movimentos sociais perante o avanço do agronegócio em seus territórios de vida (Ribeiro; Silva, 2022). Segundo Ana Clara Torres Ribeiro:

A cartografia da ação social propõe um exercício: da denúncia que orienta e informa ação; desvenda contextos e reconheça atos; de valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida acontece e pode ganhar força reflexiva e transformadora; de análise e sustentação da memória dos outros; da cartografia incompleta que se faz fazendo; de uma cartografia da prática, usável e plástica; de registro de táticas, de práticas da sociedade, de sujeitos inesperados, das resistências e da ação tanto organizada como espontânea (Ribeiro et al., 2001).

Assim, entendemos a Cartografia realizada nas etapas da Campanha, como uma ferramenta metodológica, construída de forma colaborativa e que envolve sobretudo a pesquisa participativa dos sujeitos presentes e dos mediadores, resultando numa ferramenta de denúncia. Pearce (2018) afirma que a certeza colonial do saber chegou ao seu limite, e destaca o uso da pesquisa-ação para encontrar caminhos, que não são fixos. Destaca a pesquisa-ação como uma bússola para o avanço do conhecimento sendo um tipo de pesquisa que envolve participação ativa e colaboração entre pesquisadores e os sujeitos envolvidos no estudo.

Por consiguiente, fuimos aprendiéndolo a medida que realizábamos la investigación, lo que coincide con el carácter abierto del método de co-producción de conocimiento que permite a los participantes de una investigación ir fabricándola. Alfredo Molano lo resume perfectamente al escribir “avanzamos porque estamos perdidos”. (Pearce, 2018, p.357).

É um processo cíclico aberto que envolve planejamento, improvisação e criação, ação e reação, observação, posicionamento e escuta atenta, desconstrução, erros e acertos e constante reflexão, como uma forma de co-produzir conhecimento com as e a partir das comunidades, os coletivos, os movimentos sociais. “Permitir potencialidades abiertas nunca antes imaginadas en los procesos de investigación participativa es lo que la distingue de la investigación lineal, estructurada y enfocada en los resultados” (Pearce, 2018, p.368).

Nesse sentido, Rufino (2017) traz a ideia do cruzamento entre saberes e mundos como forma para criar novas possibilidades. “A potência da encruzilhada encarnada nesse arranjo moderno a dinamiza como um campo de possibilidades, tornando-se ela o símbolo máximo do sentido de transformação, inacabamento, ambivalência, imprevisibilidade” (Rufino, 2017, p.13). O arranjo moderno a que se refere o autor é a modernidade, cuja outra face é a colonialidade (Grosfoguel, 2019), construída por um processo de dominação violenta e

apagamento de culturas e povos, cujas encruzilhadas se dá no choque ou desencontros do moderno/colonial com os processos de luta e resistências, desde epistemologias e ontologias outras.

A cartografia social praticada nos cursos de formação da campanha é o elemento chave para reconhecer as trajetórias e as espacialidades escritas pelas práticas cotidianas das bases populares. Corroboramos com a autora Silva (2013), que ao produzir as cartografias com os movimentos sociais, significa dar visibilidade e possibilidade de pensar sua própria condição e ter na cartografia um instrumento de representação de seu território e de luta social, portanto denominamos que a cartografia social realizada na “Campanha” é também uma cartografia da ação social.

O “mapa oficial”, na sua funcionalidade técnica, espacializa uma temática, com ferramentas, técnicas e tecnologias que determinam padrões de construção que, ligadas à precisão matemática, à padronização visual, constituem parte da colonialidade do mapa (Rocha, 2015). A cartografia co-elaborativa com postura metodológica desde a descolonialidade, pesquisa-ação, da escuta do território é feita na encruzilhada, cruzando o mundo da colonialidade (presente nos saberes sistematizados da universidade, das técnicas e ferramentas) com o mundo da luta desde a subalternidade, e no caso do presente artigo, na luta contra os agrotóxicos.

Diante do debate apresentado neste tópico, analisamos na sequência, o desenvolvimento do trabalho de co-cartografia realizado na etapa do MS no curso de formação da Campanha. Pretendemos, à luz do referencial teórico, evidenciar as possibilidades e potencialidades da encruzilhada de saberes.

2. Denunciando os agrotóxicos, anunciando a vida no campo, nas águas e florestas: a cartografia co-elaborativa no Mato Grosso do Sul

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, desde 2011, procura articular organizações, instituições e movimentos sociais na luta contra o agronegócio, expondo a violência causada pelo uso de agrotóxicos e transgênicos, pela devastação ambiental e pelo genocídio contra os povos do campo, das águas e das florestas (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, 2024). Além disso, mais recentemente, além das denúncias, a Campanha tem centrado suas ações em afirmar e anunciar uma proposta de vida em contraposição ao agronegócio: a Agroecologia.

Dessa forma, com intuito de abrir um amplo diálogo com a sociedade, a comunicação⁴ se apresenta como um eixo fundamental e estruturante, que se articula, principalmente, a partir da dicotomia de “anúncios” (de vida, de agroecologia, de diversidade, de luta) e “denúncias” (de morte, de agrotóxicos, de transgênicos, do agronegócio, do capitalismo). Essa dicotomia articula não apenas os elementos de comunicação, mais também estrutura os processos e conteúdos pedagógicos, que compõem outro eixo estruturante da Campanha⁵. Além dos eixos de comunicação e pedagógico, a Campanha possui outro eixo estruturante que é a atuação jurídica e no poder legislativo, que, mais recentemente, atuou contra o “pacote do veneno” (Projeto de Lei nº 1459/2022 aprovado em regime de urgência no final de 2023), no sentido de barrar uma maior flexibilização para o uso e liberação de agrotóxicos no Brasil, bem como na defesa jurídica de povos e comunidade vítimas do uso de agrotóxicos.

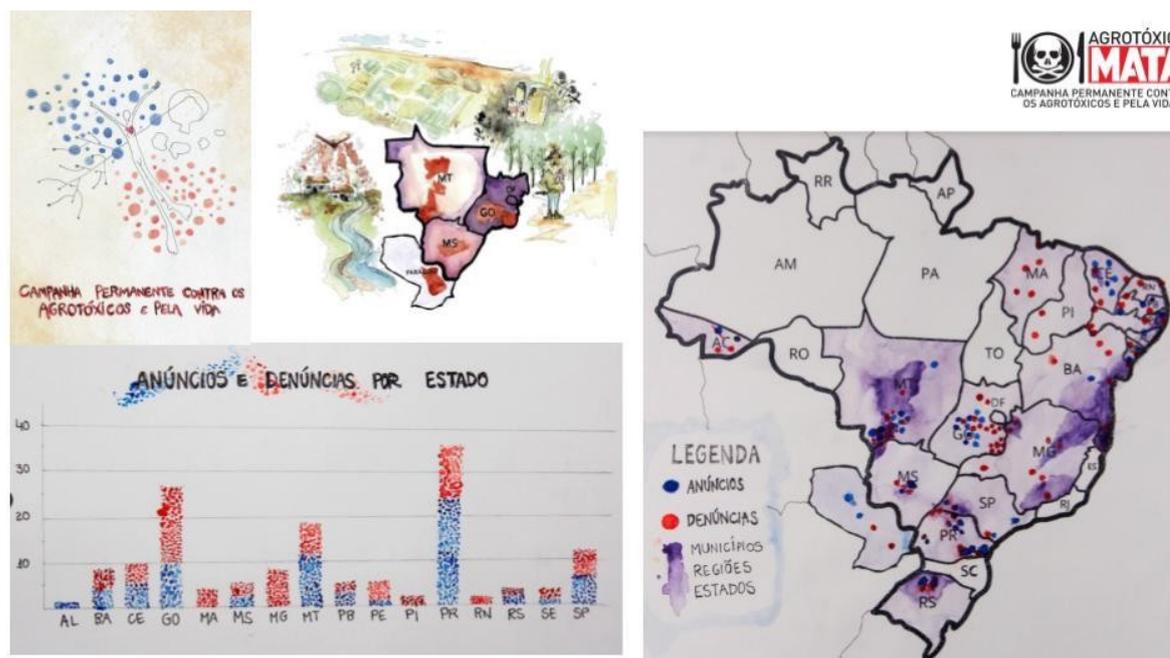
Em 2018, a partir de uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, a Campanha iniciou um programa de formação que começou com um encontro nacional naquele ano e depois se desmembrou em encontros regionais por todo o país nos anos seguintes. Em 2019, foram realizados quatro encontros de formação: o primeiro com na região sul, o segundo na região centro-oeste, o terceiro na região nordeste e por fim, um novo encontro nacional de avaliação dessa primeira etapa de cursos na região sudeste. Desde o primeiro encontro regional, na região sul, o Coletivo Encontra foi convidado para realizar as oficinas de “cartografia social” como parte do processo formativo, trabalho que foi repetido nos demais encontros, inclusive no nacional, quando se apresentou uma sistematização dos mapeamentos realizados nas etapas regionais.

Como resultado da primeira etapa, a única finalizada até o momento, foi produzido um material síntese em formato de cartilha (Figura 1), com os anúncios e denúncias mapeados e que apresentam os passos metodológicos e a compilação dos acúmulos teóricos e dos relatos dessa primeira fase.

Figura 1 – Cartilha síntese da 1ª etapa de cursos da Campanha, recortes de algumas das informações sistematizada

⁴ Entre os materiais de comunicação produzidos e/ou divulgados pela Campanha está o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) em 2015 e os dois documentários dirigidos por Sílvia Tendler, “O Veneno Está na Mesa I” e “O Veneno Está na Mesa II”, que tiveram grande repercussão nacional e internacional. Esses e outros materiais podem ser encontrados em <https://contraosagrototoxicos.org/>.

⁵ A Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida possui uma página online que reúne textos jornalísticos, compilação de dados e informações sobre agrotóxicos e uma biblioteca de materiais produzidos pela Campanha e entidades, organizações e movimentos que a compõem, além de materiais e cartilhas de comunicação e espaço para denúncias. Esses materiais estão disponíveis em: <https://contraosagrototoxicos.org/>.



Fonte: Material sistematizado e impresso pela articulação da Campanha, 2023⁶.

A partir da primeira etapa também surgiu a necessidade pensar uma metodologia para a “cartografia social” nos encontros do curso, uma vez que o tempo destinado ao mapeamento era restrito a algumas horas divididas entre um ou dois dias do curso, ou seja, foi preciso pensar uma metodologia que permitisse a apropriação da cartografia pelos diferentes sujeitos participantes e que permitisse o diálogo com o tema do curso, mas que pudesse ser realizado em um tempo relativamente curto. Assim, foi adotado em todos os encontros, da primeira e da segunda etapa (2022), a proposta metodológica de utilizar a dicotomia dos “anúncios” e “denúncias” como debate gerador da confecção dos mapas e de articulação com o estudo proposto para esses encontros. Essa metodologia permitiu, durante o mapeamento, que aqueles sujeitos participantes pudessem materializar, espacializar e socializar as suas experiências nos seus territórios, bem como o avanço do agronegócio nas regiões.

Entre 2020 e 2022, os encontros regionais foram suspensos em função da pandemia de Covid-19, retornando no segundo semestre de 2022, com uma segunda etapa⁷ de cursos iniciada na região Centro-Oeste, no estado do Mato Grosso do Sul. Essa trajetória de oficinas de “cartografia social” na Campanha evidenciou transformações e ajustes do grupo na

⁶ O material em formato digital pode ser acessado em: https://encontra.ufpr.br/wp-content/uploads/2024/02/cartilha_campanha_compressed.pdf

⁷ De 2022 até o presente momento, foram realizados quatro encontros da Campanha: 1º e 2º encontros na região centro-oeste (dos quais trataremos nesse artigo), o 1º encontro da região norte e o 1º encontro do coletivo de comunicação da Campanha, na qual foram apresentados os materiais e resultados produzidos pela “cartografia social”.

realização das oficinas, que repercutem no debate sobre a finalidade do processo de co-cartografar, o qual buscamos evidenciar nesse texto.

2.1 As oficinas de co-cartografia no Mato Grosso do Sul

O primeiro encontro de formação da Campanha no Mato Grosso do Sul ocorreu entre 12 e 18 de julho de 2022, em Sidrolândia-MS, no Centro de Capacitação e Pesquisa Geraldo Garcia - Cepege, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. O curso reuniu assentados do MST, Comissão Pastoral da Terra, indígenas dos povos Guarani-Kaiowá e Terena, o Conselho Indigenista Missionário, entre outros movimentos próximos, com grande diversidade de sujeitos sociais. Essa diversidade se traduziu também no equilíbrio numérico de representantes dos grupos sociais, especialmente na relação entre participantes de movimentos camponeses e de povos originários, o que não se evidenciou na etapa anterior. Assim, especialmente pela grande presença de indígenas, os relatos, denúncias, anúncios e manifestações culturais foram protagonizados por estes.

Da mesma forma, a cartografia social nesse primeiro encontro incorporou a representação dessa diversidade de sujeitos, no mapeamento dos anúncios (práticas de vida e de resistência) e das denúncias (conflitos e ataques sofridos pelas comunidades) e a formação dos participantes na apropriação da prática, como instrumento de (auto)mapeamento dos territórios. Conforme a programação pensada para o curso, o tempo da Cartografia Social foi dividida em três momentos: um tempo maior na tarde do segundo dia e dois tempos menores ao final do quarto e quinto dia⁸.

Conforme a proposta da oficina, no primeiro momento, iniciamos com o formato livre de (auto)representação, uma prática onde o mapa do Brasil simplificado (em um papel kraft) foi apropriado pelos participantes que se colocaram (usando marcadores), em suas comunidades/territórios/lugares de atuação no mapa e denúncias (Figura 2). Os participantes "puxaram" flechas para o espaço no qual escreviam e/ou desenhavam mais detalhes, o que abriu a possibilidade para a representação e organização subjetiva de cada comunidade e movimento, deslocando a colonialidade da técnica do mapa oficial que precisa seguir normas

⁸ A divisão de tempos do curso foi feita pela Coordenação Político Pedagógica (CPP) do curso, composta por integrantes da Campanha e do CEPEGE. Com base nessa divisão de tempo, o grupo do Encontro que participou do curso elaborou um planejamento da cartografia social que incorporou atividades práticas do mapeamento com momentos de estudo sobre o significado e o sentido da cartografia e da autcartografia. Uma descrição mais detalhada do processo de construção da metodologia das oficinas de cartografia social na campanha pode ser encontrado em Soares (2020).

rígidas de mapeamento/desenho/representações. Optamos por essa mediação a partir de uma postura metodológica aberta, pois esta permite que as formas subjetivas e autônomas de representação cartográfica não tenham que se adaptar aos padrões técnicos. Esse primeiro contato, livre, com a cartografia, permitiu que abrissemos o debate sobre a “cartografia social” em oposição a cartografia convencional (colonial), como uma forma de refletir sobre o que significa “estar no mapa”, “ser mapeado” ou “se automapear” e as formas de poder inseridas no mapa. Esse processo, que sai da prática e chega na teoria, permite que os sujeitos desnaturalizem os mapas oficiais e comecem a incorporar o debate sobre o território e suas representações nas suas formas de luta.

Figura 2 – Primeiro momento prático da “cartografia social”, de (auto) mapeamento em escala nacional.



Fonte: Registro dxs autorxs, 2022.

No segundo momento, as práticas focaram em recortes territoriais que foram aparecendo nos mapas gerais, buscando complementar e detalhar mais as informações colocadas. Em experiências anteriores da “cartografia social” na campanha neste segundo momento dividiu-se os participantes em grupos de afinidade temática ou por localidades. Nessa etapa o grupo decidiu por uma divisão aleatória dos grupos, favorecendo a diversidade interna dos mesmos, reunindo indígenas, quilombolas, militantes da cidade, camponeses e camponesas para um diálogo aproximado. Na foto vemos camponeses sem-terra, militantes urbanos LGBTQIA+, quilombola e indígenas.

Figura 3 – Segundo momento prático da “cartografia social” em escala locais ou regionais a partir da divisão em grupos



Fonte: Registro dxs autorxs, 2022.

A importância de uma mediação aberta se destaca no momento prévio à intervenção dos sujeitos sobre os mapas, entende-se que a distância histórica que o mapa, como ferramenta colonial, tem dos territórios subalternizados, influencia o momento de intervenção, dificultando a mesma. A mediação e o formato aberto fazem o esforço de deslocar essa dificuldade para que ocorra a intervenção, o que é necessário que ocorra constantemente, com perguntas e incentivos para o processo.

Diferente de uma etapa anterior da Campanha, em 2019, no curso feito em 2022 o mapa funcionou mais como um mediador no diálogo entre os diferentes grupos onde se reconheceu relações entre conflitos sofridos e impactos pelo uso de agrotóxicos, mas também da diversidade de ações e anúncios compartilhados desde os diferentes territórios. Houve uma troca intensa na construção dos mapas por grupos. A diferença de sujeitos participantes no curso do MS também foi um elemento central, a forte presença de povos indígenas, Guarani-Kaiowá e Terena, foi um dos elementos mais marcantes para a encruzilhada de saberes co-cartografados, deslocando as formas de representação e entendimento das práticas anunciadas nos seus territórios.

No terceiro momento consiste no compartilhar os mapas e as denúncias realizadas pelos grupos. O terceiro momento é onde os integrantes da etapa compartilham entre todos os mapas construídos de forma coletiva. Esse momento de troca é onde se percebe que as denúncias em diferentes níveis se assemelham nos territórios e onde é possível visualizar a importância da articulação coletiva. A metodologia consiste em chamar cada equipe para

apresentar o mapa criado a todos os integrantes, após a fala das equipes solicitamos que todos avaliem o processo, como foi a cartografia desde a criação das discussões dos pontos a serem representados até o compartilhamento com os demais integrantes da etapa.

Figura 4 – Terceiro momento da “cartografia social”, de compartilhamento dos mapeamentos realizados pelos grupos, o(s) mapa(s) no centro da roda da conversa



Fonte: Registro dxs autorxs, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da cartografia na Campanha se configura como processo aberto e como método tem um caráter inacabado, se renovando de acordo com a situação. É onde se abrem as frestas (encruzilhadas) para os deslocamentos, a cada oficina, os saberes e fazeres geográficos, cartográficos, coloniais são transgredidos e fragmentados em pedaços para se unirem de novo, através dos saberes e fazeres territoriais subalternos, construindo novas possibilidades, novos significados, novas funções, deixando o mapa para mapear como sua última função, ou até mesmo descartando-a.

O conceito de encruzilhada combate qualquer forma de absolutismo [...] A potência da encruzilhada é o que chamo de cruzo, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O cruzo é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O cruzo versa-se como atravessamento, rasura, cisura, contaminação, catalisação, bricolagem – efeitos exusíacos em suas faces de Elegbara e Enugbarijó. O cruzo é a rigor uma perspectiva que mira e pratica a transgressão e não a subversão, ele opera sem a pretensão de exterminar o outro com que se joga, mas de

engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como acúmulo de força vital.” (Rufino, 2017, p.43).

Os deslocamentos das funções coloniais da cartografia, criam possibilidades para a emancipação dos sujeitos frente aos seus conflitos territoriais, identificando e anunciando suas práticas territoriais, utilizando uma ferramenta colonial sem seus efeitos coloniais. Possibilitam também a articulação, função que surge do deslocamento, quando as práticas de comunidades e movimentos sociais se reconhecem e fazem a troca de experiências, a partir da materialização no mapa mediador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova Cartografia Social da Amazônia**. In: Almeida, A. W. B. de; Junior, E. de. A. F. Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social. Manaus, 2013, p. 24-33.

CAMPANHA, Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/> Acessado em: 14/02/2024

DIEZ TETAMANTI, Juan Manoel. **Cartografía social: teoría y método. Estrategias para una eficaz transformación comunitaria**. 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: BÍBLOS, 2018. 101 pp.

GROSGUÉL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016.

GROSGUÉL, Ramón. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada**. In: COSTA, J. B; TORRES, M. N; GROSGUÉL, R. Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2019, 2ª ed., Coleção Cultura Negra e identidades

HALE, Charles R. **Entre el mapeo participativo y la “geopiratería”: las contradicciones (a veces constructivas) de la antropología comprometida**. In: Prácticas Otras de

Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras. Tomo II, CLACSO, 2018, pp. 356–80. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctvn96g1f.18>. Acessado em 19 Junho 2023.

PEARCE, Jenny, et al. “‘Avanzamos Porque Estamos Perdidos’: Reflexiones Críticas Sobre La Co-Producción de Conocimiento.” Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras. Tomo II, CLACSO, 2018, pp. 356–80. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctvn96g1f.18>. Acessado em 19 Junho 2023.

ROCHA, Otávio Gomes. Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFPR, Curitiba, PR, 2015, 209 f.

RUFINO, Luiz. **Exu e a pedagogia das encruzilhadas**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2017, 231 f.

SOARES, G. S. ENTRE A ARTICULAÇÃO, A EMANCIPAÇÃO E A COMUNICAÇÃO, O MAPA COMO PROCESSO FORMADOR INSERIDO NA CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 55, p. 385–422, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2113>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA, Catia Antonia da. Cartografia da ação social: limites e possibilidades da contribuição do fazer geográfico. XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013, Peru, 16 p. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Nuevastecnologias/Cartografiatematica/02.pdf> Acessado em: 13/02/2024

Gabriele Borinelli

Graduada, bacharelado e licenciatura, em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, faz parte do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território - Encontra e do Coletivo de Planejamento Territorial e Assessoria Popular - Plantear, atuando junto a movimentos sociais do campo e da cidade. Desde 2022 participa com oficinas de cartografia social junto da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Email: gabriele.borinelli@gmail.com

Gustavo Steinmetz Soares

Doutorando no programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, faz parte do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território - Encontra, do Coletivo de Planejamento Territorial e Assessoria Popular - Plantear e do Observatório da Questão Agrária no Paraná, atuando junto a movimentos sociais do campo, da cidade e povos originários e tradicionais. Desde 2019 participa com oficinas de cartografia social junto da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Email: guguisbrow@gmail.com

Adriane de Andrade

Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando em temas como conflitos socioambientais, hidrelétricas, povos e comunidades tradicionais, movimento sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: r-existência, mulheres, saberes populares e cartografia social. Membro do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território (Encontra) desde 2013 atuando junto a movimentos sociais do campo, da cidade e povos originários e tradicionais. Desde 2019 participa com oficinas de cartografia social junto da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Email: deandraadriane@gmail.com